

Automedicação e suas repercussões fisiológicas: uma revisão de literatura

Catarina Melo da Silva, Medicina, Centro Universitário Integrado, Brasil

Rafael Gonçalves Oliveira, Medicina, Centro Universitário Integrado, Brasil

Cristina Guilherme de Almeida, Medicina, Centro Universitário Integrado, Brasil, e-mail: cristina.guilherme@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

Defini-se automedicação a utilização e administração de medicamentos sem prescrição médica. Trata-se de um tema discutido amplamente na literatura científica contemporânea, trata-se de uma prática com raízes históricas, desde as civilizações mais antigas, com o uso de plantas, ervas e propriedades específicas de cada contexto histórico e geográfico, até o período mais contemporâneo com o avanço do mercado farmacêutico e ampla disseminação de produtos e informações impulsionada pela globalização (Delgado *et al.*, 2018).

Observa-se uma baixa reflexão crítica por parte da população sobre os efeitos que o uso indiscriminado de medicamentos pode causar, baseando suas decisões em influências de leigos, como familiares e conhecidos, raramente buscando o auxílio de um profissional de saúde ou avaliando a confiabilidade das fontes de informação que utilizaram para realizar a administração. O acesso a medicamentos tem sido cada vez maior, entretanto em países em desenvolvimento e regiões mais carentes ainda existem muitas dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, bem como à sobrecarga dos setores público e privado, tornando a população geral mais suscetível à adoção de estratégias alternativas de obtenção de medicamentos (Lima *et al.*, 2019).

Diante do aumento da incidência de doenças, associado a fatores como condições crônicas, transtornos mentais e fatores sociais, a crescente necessidade de utilização de medicamentos na atualidade tem levado organizações internacionais, como a OMS, a estabelecer e atualizar diretrizes para a prática da automedicação, citando que tais medicamentos devem ser confiáveis, seguros, eficazes e acessíveis. Atualmente a automedicação configura-se como um fenômeno mundial, com elevada prevalência no contexto brasileiro, o que impulsiona debates sobre os riscos e implicações dessa prática, considerando fatores como: o descumprimento das normas de obrigatoriedade de apresentação da receita médica para a dispensação de medicamentos, a comercialização em estabelecimentos não farmacêuticos, bem como a manutenção de estoques domiciliares de medicamentos, baixo nível de conhecimento e conscientização da população e

fragilidade no controle por parte de agências reguladoras. Esses fatores estão associados à percepção social, frequentemente reforçada pela mídia, de que os medicamentos são soluções terapêuticas imediatas (Arrais *et al.*, 2016).

Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar, por meio de revisão de literatura, as principais repercussões fisiológicas associadas à automedicação em diferentes grupos populacionais.

MÉTODO

Esse trabalho consiste em uma revisão de literatura com enfoque qualitativo, fundamentada em pesquisas cadastradas nas plataformas PubMed, SciELO e Google Acadêmico. A busca foi conduzida utilizando os termos: “autocuidado com medicamentos”, “toxicidade hepática”, “uso inadequado de anti-inflamatórios não esteroides (AINEs)” e “efeitos fisiológicos”.

Inicialmente, foram analisados 17 artigos, publicados entre 2011 e 2026, nos idiomas português e inglês, dos quais, 9 foram selecionados para a realização do trabalho por apresentarem informações sobre a prevalência da automedicação entre os grupos etários e os malefícios para o organismo. Os artigos que não exploravam a prática discutida e suas repercussões na saúde foram excluídos.

REVISÃO DE LITERATURA

Nas últimas décadas, a saúde deixou de ser um campo voltado à dimensão biológica do ser humano e passou a integrar também o setor econômico. O medicamento não é mais apenas um recurso terapêutico prescrito por profissionais da saúde, mas sim um produto que está associado à crença social de que o medicamento representa uma solução de rápida resolução terapêutica para os problemas da população, carregando, além de propriedades terapêuticas, um forte valor simbólico que contribui para seu uso indiscriminado (Silva *et al.*, 2011).

Define-se como automedicação o uso de qualquer tipo de medicamento sem prescrição médica, em que o próprio indivíduo se considera apto para decidir qual medicamento é mais recomendado para os sintomas apresentados. Com o surgimento de novas doenças e enfermidades, os medicamentos têm papel central e são indispensáveis nas ações de saúde. No entanto, o uso irracional e sem conhecimento adequado pode apresentar diversos riscos à saúde (Silva *et al.*, 2011).

Nesse contexto, um estudo transversal realizado em dez escolas do município de Fortaleza identificou que, entre 722 estudantes, 46,9% consideram os medicamentos como principal recurso para tratamento de doenças e 31,5% como recurso analgésico. Além disso, 35,6% dos estudantes que consideram os medicamentos como principal recurso afirmaram ter capacidade para decidir qual medicamento utilizar. Observou-se ainda que os custos elevados de medicamentos prescritos (18%) e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde (3,7%) são fatores associados à prática de automedicação na população estudada (Silva *et al.*, 2011).

Nos dias de hoje, os tutores têm praticado a automedicação nas crianças para o alívio de sintomas, como cefaleia ou resfriados, a partir das farmácias domiciliares, armazenamento de analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios. Além de os fármacos serem guardados em ambientes e recipientes impróprios, a manutenção deles na residência facilita exposição tóxica e a prática da automedicação. O uso inadequado de antibióticos pelos responsáveis promove a ineficácia do tratamento quando utilizados em infecções virais, reações adversas quando a dose é excessivamente alta ou baixa efetividade terapêutica em casos de sub-dosagem (Ferreira *et al.*, 2021). Ainda segundo os autores, as crianças processam os medicamentos de maneira diferente devido às particularidades do metabolismo infantil, especialmente em bebês, que apresentam barreira hematoencefálica mais permeável, e rins e fígado em desenvolvimento, sendo de extrema importância a dose pediátrica segura e eficaz.

O grupo etário que mais utiliza medicamentos são os idosos, incluindo os fármacos usados na prática de automedicação, tanto pelo custo e dificuldade de conseguir uma consulta médica quanto pela ausência de fiscalização na comercialização. De acordo com os dados epidemiológicos, há o aumento de doenças crônicas degenerativas, de modo que mais idosos precisam de tratamento a longo prazo, elevando a automedicação entre esse grupo. O uso de anti-inflamatórios deve ser evitado em idosos com doenças renais ou hepáticas, especialmente quando há redução da perfusão hepática. Esses fármacos inibem a produção de prostaglandinas, que são importantes para a manutenção da função renal (Buzon *et al.*, 2018).

Um dos períodos mais suscetíveis a medicamentos é a gestação, isso ocorre devido a diversas alterações fisiológicas do organismo da mulher que proporcionam sintomas como: constipação, náuseas, refluxo, cefaleia e dores físicas. Esses desconfortos frequentemente estimulam as gestantes a buscar alívio através de medicações. Entretanto, se não houver acompanhamento e prescrição adequada, essa prática pode oferecer riscos à saúde da mulher e do embrião/feto. O caso da talidomida, ocorrido entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, é considerado um dos maiores desastres farmacológicos da história mundial. A substância, comercializada como um "remédio seguro" para enjoos matinais em gestantes, causou graves malformações congênitas em milhares de bebês ao redor do mundo. Alguns fatores como doses, duração do período e via do medicamento devem ser considerados para garantir a segurança medicamentosa na gestação. Os medicamentos que são isentos de prescrição geralmente são os mais utilizados pela facilidade de acesso, entretanto podem conferir riscos à saúde da mulher e, por consequência, do feto. Desse modo, por mais que não seja do conhecimento de grande parte das gestantes, desde 1979 foi desenvolvido um sistema de classificação de medicamentos com maior potencial de risco à gestação, com o intuito de evitar o consumo de fármacos que podem oferecer algum risco à gestação, que é dividido em A, B, C, D e X, sendo X o de maior risco fetal (Meneses *et al.*, 2022).

O paracetamol (acetaminofeno) é um analgésico e antitérmico efetivo para todas as idades, que não necessita de receita médica para sua aquisição. A hepatotoxicidade está associada a doses elevadas, vale ressaltar que o consumo exagerado de álcool, idade, componentes genéticos, e comorbidades contribuem para o quadro, que vem a ocorrer devido ao metabolismo de paracetamol produzir intermediários altamente reativos nos hepatócitos, podendo atingir o estágio de regeneração tecidual posterior a 96 horas a 2 semanas; observa-se também o aumento do risco de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) em mulheres grávidas, devendo usar o medicamento em sua dose mais baixa e pelo menor tempo possível. A intoxicação por paracetamol pode levar à falência de múltiplos órgãos, envolvendo insuficiência renal, hipoglicemia, edema cerebral, entre outros (Luiz *et al.*, 2023).

Em meio ao mercado farmacológico, os anti-inflamatórios vêm se popularizando cada vez mais devido à sua eficácia no alívio da dor. Entretanto o seu uso indiscriminado pode levar a diversos efeitos colaterais como intoxicações ao organismo. O aumento do uso de anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) se dá pelo fato de ser um medicamento de fácil acesso que não precisa de prescrição médica, sendo a classe mais vendida de medicamentos no Brasil. Recomenda-se que o uso desses anti-inflamatórios seja feito de maneira controlada, evitando seu uso por período prolongado, pois devido a sua toxicidade, pode causar o comprometimento de sistemas do corpo, como gastrointestinal levando a úlceras e sangramentos que tendem a piorar com o envelhecimento, sistemas renal e cardiovascular, causando insuficiência cardíaca e infarto agudo do miocárdio. Mesmo com alto potencial de geração de problemas, os anti-inflamatórios são a classe de remédios mais procurada pela população em geral devido a seu fácil acesso e propriedades analgésicas e antipiréticas, desse modo é necessária a conscientização e busca de auxílio profissional para seu uso adequado (Moura *et al.*, 2022).

A automedicação frequentemente leva à progressão da doença primária, danos irreversíveis aos órgãos por efeitos colaterais do fármaco e uso prolongado, e o manejo inadequado da droga incorreta. No modelo de crenças em saúde de Rosenstock, a suscetibilidade percebida é a avaliação do indivíduo sobre a possibilidade de uma doença, e a gravidade percebida reflete a visão do paciente sobre o problema de saúde, ambas as percepções constituem o que é necessário para o indivíduo tomar uma atitude sobre seu estado, e as barreiras percebidas refletem os custos para a adoção de um comportamento adequado em saúde, culminando na automedicação quando avaliados incorretamente, o que pode afetar permanentemente aqueles que não possuem comorbidades ou predisposição a doenças, mas que adotaram conduta imprópria. O uso prolongado dos AINEs, por exemplo, pode levar à doença crônica renal nos pacientes jovens e sem predisposições, além de úlceras gastrintestinais, perfuração, doenças cardíacas, disfunções hepáticas ou renais, e outras complicações nos rins (Pal *et al.*, 2025).

Os AINEs são abundantemente usados pela população, mas podem acarretar nefrotoxicidade importante, sendo associado a insuficiência renal aguda, nefrite intersticial, e aumento de doença renal crônica (principalmente em pacientes idosos e com comorbidades). De acordo com entrevista realizada na Associação Amigos

do Rim, os anti-inflamatórios mais utilizados pelos pacientes entrevistados são ibuprofeno, diclofenaco e nimesulida (Cunha; Almeida, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual, a prática de automedicação é amplamente praticada por conta de fatores como o fácil acesso às medicações, informações disseminadas pelas redes sociais, dificuldade e alto custo para garantir uma consulta médica, angústia e ansiedade por conta da dor.

Conforme o exposto, o uso indevido dos fármacos está associado a várias repercussões negativas à saúde, como o mascaramento da dor e impedimento do diagnóstico da causa subjacente (podendo se agravar por conta disso), o uso da dose não adaptada para os grupos etários e o prolongamento do tratamento contribui para vastos efeitos adversos, e o desenvolvimento de condições irreversíveis, como a doença crônica renal.

Portanto, tendo em vista as consequências do manejo inadequado de medicamentos, surge a necessidade de conscientizar e regulamentar o uso dos fármacos com ênfase nos impactos dessa prática inadequada para a saúde do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Automedicação. Toxicidade medicamentosa. Anti-inflamatórios não esteroidais. Hepatotoxicidade.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P. S. D. *et al.* Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, Fortaleza, 2016.

BUZON, B. M. *et al.* Automedicação: um risco silencioso à saúde na terceira idade. **Revista científica SMG**, v. 6, n. 2, 2018.

CUNHA, A. M. *et al.* Evidências causais do efeito dos anti-inflamatórios não esteroidais no desenvolvimento da doença renal. **Anais da Semana Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 4, p. 36, 2024.

DELGADO, A. F. S. *et al.* O perfil da automedicação na sociedade brasileira. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 11, p. 57-75, 2018.

FERREIRA, E. M. S. *et al.* Os riscos que o uso indiscriminado de antibióticos pode ocasionar em crianças: uma revisão bibliográfica. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 11, p. e211901, 2021.

LUIZ, H. S. *et al.* O uso indiscriminado do paracetamol. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 2002–2017, 2023.

LIMA, M. M. *et al.* Riscos da automedicação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 212-219, 2019.

MENESES, J. A. L. *et al.* A importância do acompanhamento farmacêutico no período gestacional: os perigos da automedicação. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e367111537457, 2022.

MOURA, A. S. *et al.* Automedicação: Revisão Sobre os Impactos na Saúde pelo Uso Irracional dos Anti-Inflamatórios. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 61, p. 26-39, 2022.

PAL, S. *et al.* Chronic kidney injury caused by unsupervised and unregulated self-medication of nonsteroidal anti inflammatory drugs; a case report and literature review. **Journal of Renal Injury Prevention**, v. 14, n. 4, p. e38419, 2025.

SILVA, I. M. *et al.* Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Fortaleza, v. 16, p. 1651-1660, 2011.